



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 51, DE 2024

(n° 870/2024, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FELIPE COSTI SANTAROSA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 870

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **FELIPE COSTI SANTAROSA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **FELIPE COSTI SANTAROSA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de agosto de 2024.

Brasília, 14 de Agosto de 2024

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **FELIPE COSTI SANTAROSA**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República do Suriname, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **JOSÉ RAPHAEL LOPES MENDES DE AZEREDO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **FELIPE COSTI SANTAROSA** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 997/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FELIPE COSTI SANTAROSA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Suriname.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 23/08/2024, às 18:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6027463** e o código CRC **A421FD34** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.004946/2024-11

SEI nº 6027463

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Avulso da MSF 51/2024 [4 de 28]

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE FELIPE COSTI SANTAROSA

CPF.: [REDACTED]

ID.: 10826 MRE

1969 Filho de [REDACTED] e [REDACTED], nasce em [REDACTED]

Dados Acadêmicos:

1990	Curso de Língua e Civilização Francesa, Sorbonne
1991	Cambridge Proficiency
1995	Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), Instituto Rio Branco
2002	Curso de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD), Instituto Rio Branco
2008	II Curso sobre Cooperação Internacional em Ciência e Tecnologia, MRE
2011	Curso de Altos Estudos (CAE), Instituto Rio Branco, com a tese "Rivalidade e Integração nas Relações Chileno-Peruanas: implicações para a política externa brasileira na América do Sul".
2016	Examinador da disciplina de Cooperação Financeira do Curso de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD)

Cargos:

1995	Terceiro-Secretário
1999	Segundo-Secretário
2005	Primeiro-Secretário
2008	Conselheiro
2015	Ministro de Segunda Classe

Funções:

1995-1997	Divisão da África II, Assistente e Subchefe
1997-2000	Assessoria de Comunicação Social, Assessor
2000-2003	Delegação Permanente em Genebra, Segundo-Secretário
2003-2006	Embaixada em Santiago, Segundo e Primeiro-Secretário
2006-2008	Embaixada em Lima, Primeiro-Secretário
2008-2009	Divisão de Ciência e Tecnologia, Chefe
2009-2010	Divisão da Sociedade da Informação, Chefe
2010-2011	Embaixada em Pretória, Ministro-Conselheiro comissionado e Encarregado de Negócios
2011-2015	Embaixada em Washington, Conselheiro
2015-2017	Divisão de Cooperação Financeira e Tributária, Chefe
2017-2022	Consulado-Geral em Houston, Cônsul-Geral Adjunto e Cônsul-Geral interino
2022-2024	Embaixada em Dublin, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios

Publicações:

2005	Programas de Combate à Violência Urbana - Chile" in Coleção Mundo Afora, MRE, Brasília, em co-autoria com Gelson Fonseca Jr.
2008	Acasos Poéticos, AGE Editores, Porto Alegre
2012	Rivalidade e Integração nas Relações Chileno-Peruanas, FUNAG, Brasília
2016	A melhor arma contra os paraísos fiscais é a cooperação tributária internacional in Revista Brasileira de Comércio Exterior, FUNCEX, n. 129, em co-autoria com Christiane Aquino Bonomo.
2017	Brasil Credor: a adesão do Brasil ao Clube de Paris in Cadernos de Política Exterior, IPRI, n.5, em co-autoria com Mari Carmen Rial Gerpe.
2023	Brasil, Estados Unidos e a Expansão para o Oeste: paralelismos e dessemelhanças entre os processos de anexação do Acre e do Texas (parte I e parte II)" in Cadernos de Política Exterior, IPRI, n. 12, em co-

autoria com Cristiano Franco Berbert.

Condecorações:

2005 Medalha Amigo da Marinha, 2005.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SURINAME



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Agosto de 2024

SURINAME	
NOME OFICIAL	República do Suriname
CAPITAL	Paramaribo
ÁREA	163.820 km ²
POPULAÇÃO (FMI, 2024)	647 mil habitantes
IDIOMA	Holandês (oficial) e “sranan-tongo” (dialeto local)
SISTEMA POLÍTICO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (51 parlamentares, mandato de 5 anos)
CHEFE DE ESTADO E GOVERNO	Presidente Chandrikapersad “Chan” Santokhi (desde 16/7/2020)
PIB NOMINAL (FMI, 2023)	US\$ 3,54 bilhões
PIB PPP (FMI, 2023)	US\$ 13,11 bilhões
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2023)	2,1% (2023); 1,3% (2022); - 2,7% (2021); -15,9% (2020); 2,3% (2019); 2,6% (2018)
IDH (PNUD, 2022)	0,690 (124º)
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2022)	70 anos
ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2019)	90,9%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BANCO MUNDIAL, 2022)	8,6%
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Angeladebie Roshni Annie Ramkisoen
EMBAIXADOR EM PARAMARIBO	José Raphael Lopes Mendes de Azeredo
BRASILEIROS NO PAÍS	Cerca de 30 mil

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões)

Brasil-Suriname	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Intercâmbio	62,98	47,08	39,55	26,72	40,14	35,56	36,57	33,98	39,83	43,87	46,58
Exportações	60,57	46,01	38,43	26,67	34,77	34,49	35,59	31,38	38,54	43,83	46,10
Importações	2,41	1,07	1,12	0,05	5,37	1,06	0,97	2,60	1,29	0,38	0,48
Saldo	58,16	44,94	37,31	26,62	29,40	33,42	34,61	28,76	37,24	43,79	45,62

Principais produtos da pauta comercial (2023)

- **Exportações:** Milho em grão, exceto para semeadura (7,6%); Pedacos e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados (7,3%); Enchidos e produtos semelhantes, de carne, de miudezas ou de sangue (6%); Ladrilhos e placas (lajes), para pavimentação ou revestimento (4,2%); Outros açúcares de cana, beterraba, sacarose quimicamente pura, sol (4%).
- **Importações:** charutos, cigarros e outros produtos de tabaco (97%).

APRESENTAÇÃO

Situado na parte setentrional da América do Sul, o Suriname é banhado pelo Oceano Atlântico ao norte e faz fronteira com o Brasil ao sul, com a Guiana Francesa a leste e com a Guiana a oeste. Com território de 163.820 km², é o 93º país do mundo em termos de extensão e o menor da América do Sul.

Primeiramente explorado pelos espanhóis, no século XVI, e depois pelos ingleses, em meados do século XVII, o Suriname tornou-se colônia holandesa em 1667. Com a abolição da escravidão africana, em 1863, trabalhadores passaram a ser trazidos da Índia e de Java. A diversidade étnica que permeou toda a história do país é uma das características marcantes até hoje da sociedade surinamesa.

Em 25 de novembro de 1975, o Suriname conquistou sua independência da Holanda. O Brasil reconheceu a independência nesse mesmo dia e estabeleceu Embaixada em Paramaribo no ano seguinte, em 1976. Após cinco anos de sua independência, em 1980, o país sofreu um golpe de Estado e passou a ser governado *de facto* por regime militar. A redemocratização plena ocorreu apenas em 1992.

O Suriname está dividido em 10 distritos. A população surinamesa é de aproximadamente 647 mil habitantes. Cerca de metade da população surinamesa encontra-se na capital, Paramaribo.

O Suriname conta com uma das maiores coberturas florestais do mundo. Segundo informe de FAO (2021), 97,3% de seu território é coberto por florestas. Seu governo tem demonstrado forte compromisso com as agendas internacionais nas áreas ambiental e climática e costuma ressaltar ser um dos poucos países com saldo negativo de emissões de carbono. Em termos de atividade econômica, é rico em recursos minerais, notadamente ouro, alumina (derivada da bauxita) e petróleo, principais produtos de sua pauta exportadora.

No âmbito regional, o Suriname é estado associado ao MERCOSUL, além de ser membro da Comunidade do Caribe (CARICOM) e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

O atual presidente, Chandrikapersad Santokhi, do Partido da Reforma Progressista (VHP), foi eleito pela Assembleia Nacional em 16 de julho de 2020, tendo como vice-presidente Ronnie Brunswijk.

PERFIL BIOGRÁFICO



Presidente, Chandrikapersad “Chan” Santokhi. Nasceu em 3 de fevereiro de 1959, em Wanica. Em 1978, ingressou na Academia de Polícia de Apeldoorn, Holanda. Após finalizar seus estudos, regressou ao Suriname e passou a integrar a Força Policial do Suriname, em 1982. Em 2005, foi nomeado ministro da Justiça durante a presidência de Ronald Venetiaan. Foi eleito membro da Assembleia Nacional do Suriname em 2010, tendo sido reeleito em 2015 e 2020. Desde 2011, é o presidente do Partido da Reforma Progressista (VHP), que exerceu oposição ao anterior governo de Dési Bouterse (2010-2020). Foi eleito presidente da República, pela Assembleia Nacional, em 16 de julho de 2020, com o vice-presidente Ronnie Brunswijk.

RELAÇÕES BILATERAIS

Tradicionalmente voltado para o Caribe, o Suriname é muito atuante no âmbito da CARICOM, e mantém vínculos estreitos com países europeus, sobretudo Países Baixos e França, com cujo departamento ultramarino da Guiana Francesa divide fronteira. O país busca, atualmente, fortalecer os laços com os vizinhos sul-americanos, valorizando, em especial, sua identidade amazônica.

Nesse contexto, as relações entre o Brasil e o Suriname passam por excelente momento, como evidenciam os frequentes encontros de alto nível realizados no passado recente. Em 2023 e 2024, tiveram lugar sete encontros em nível de presidente da República ou chanceler (ver cronologia abaixo). O presidente Santokhi e o chanceler Albert Ramdin estiveram presentes na posse presidencial brasileira, em janeiro de 2023, e na Reunião de Presidentes da América do Sul, em maio daquele ano. Ramdin assistiu também à XIV Reunião de Ministros das Relações Exteriores da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, em Brasília, em novembro de 2023. Por sua vez, o ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, visitou o país duas vezes, em maio e novembro de 2023. Em fevereiro de 2024, os presidentes encontraram-se novamente por ocasião da Reunião Trilateral entre os mandatários de Brasil, Guiana e Suriname, ocorrida à margem da 46a Conferência de Chefes de Governo CARICOM, em Georgetown, Guiana.

A fronteira entre Brasil e Suriname estende-se por 593 km, em região de baixa densidade demográfica, onde se encontram reservas indígenas e importantes barreiras naturais (Serra do Tumucumaque e floresta equatorial). Trata-se do único país vizinho com o qual o Brasil não tem ligação viária direta e da única fronteira brasileira onde inexistem cidades-gêmeas.

O Suriname vê no Brasil um parceiro confiável, capaz de contribuir para o desenvolvimento do país em áreas como agricultura, educação, energia, segurança e defesa. A recente descoberta de significativas jazidas de petróleo e gás abre novas possibilidades de cooperação que podem ser exploradas pelos dois países. Autoridades surinamesas têm demonstrado grande interesse em contar com participação brasileira em diferentes áreas da exploração de hidrocarbonetos. O país também atribui prioridade às iniciativas de integração física e manifesta vivo interesse na proposta brasileira de desenvolvimento do eixo de integração regional “Ilha das Guianas”, que buscará aperfeiçoar as ligações do Brasil com Guiana, Suriname, Guiana Francesa e Venezuela. Destaca-se o interesse do Suriname de se apresentar como porta de entrada para a CARICOM, escoando parte da produção brasileira, principalmente das regiões Norte e Centro-Oeste, pelos portos do país, com acesso facilitado ao Caribe.

O Suriname é Estado associado do MERCOSUL desde 2013. A corrente de comércio do Brasil com o Suriname é menor que a mantida com outros países da região. Há tendência de superávits brasileiros. Em 2023, o intercâmbio bilateral alcançou US\$ 46 milhões, com a quase totalidade composta por exportações brasileiras.

Os numerosos apoios recíprocos às candidaturas apresentadas por Brasil e Suriname para vagas em organismos regionais e internacionais são importantes indicadores da qualidade do relacionamento em seu eixo multilateral. O atual governo do Suriname apoiou, em sua quase totalidade, as candidaturas recentes do Brasil em organismos multilaterais, tanto em âmbito regional quanto global.

Infraestrutura

Com a retomada da agenda da integração regional, conforme proposta pelo Consenso de Brasília, o Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) formulou projeto de cinco rotas de Integração e Desenvolvimento Sul-Americano. Entre essas cinco rotas de integração, duas estão diretamente relacionadas à interconexão do Norte do Brasil com os países vizinhos da América do Sul, a rota Amazônica, principalmente hidroviária, que ligará Manaus aos portos do Equador, da Colômbia e do Peru, e a rota “Ilha das Guianas”, que contempla os estados do Amapá, Amazonas e Roraima, beneficiando a relação desses estados com o Suriname, a Venezuela, a Guiana e a Guiana Francesa.

Ao melhorar a infraestrutura rodoviária, energética e digital na região, a rota da Ilha das Guianas deverá incentivar as exportações e as importações brasileiras, consolidando nova via de escoamento da produção da região Norte, inclusive da Zona Franca de Manaus, beneficiando os fluxos para países vizinhos e em direção ao Caribe, à América Central e mesmo aos Estados Unidos e à Europa. Em fevereiro de 2024, Brasil, Guiana e Suriname mantiveram reunião trilateral em Georgetown, Guiana, para tratar sobre essa iniciativa e as perspectivas de maior integração física e digital entre os três países.

A plena implementação dessa Rota de integração passa por obras importantes em território surinamês. Estão avançadas as conversas sobre a construção de ponte sobre o rio Corentine – que conectará rodovias da Guiana e do Suriname, ligando suas capitais, Georgetown a Paramaribo. De igual maneira, estão em curso conversas sobre melhorias na conexão entre Suriname e Guiana Francesa, com a possível construção de ponte sobre o rio Maroni na divisa. Somadas a medidas para facilitar a circulação entre o Amapá e a Guiana Francesa, tais obras permitiriam o estabelecimento de acesso terrestre do estado do Amapá ao Suriname e à Guiana e mesmo ao estado de

Roraima, uma vez seja concluída a pavimentação da rodovia Lethem-Linden naquele país.

Com relação à possibilidade de conexão terrestre direta entre o Brasil e o Suriname, os Ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes avaliam que não seria viável, especialmente por conta da baixa relação custo/benefício e da existência de áreas indígenas, de remanescentes quilombolas e de unidades de conservação ambiental em toda a extensão de fronteira.

Também importantes são as conexões aéreas e marítimas entre os dois países. Após período de interrupção na pandemia de COVID-19, foram reestabelecidas, em dezembro de 2023, operações na rota Paramaribo-Belém, assegurando voos regulares entre o Suriname e o Brasil. Com relação ao acesso marítimo, a atividade petrolífera que se inicia no país vizinho poderá favorecer a criação de linhas de navegação direta com o Suriname.

Cooperação energética

O Suriname é considerado uma das regiões mais promissoras para a exploração de petróleo e gás no cenário mundial. Segundo especialistas do setor, o país teria reservas entre 4 a 6,5 bilhões de barris de petróleo. A qualidade do petróleo seria do tipo "leve". Representantes surinameses têm reiterado o interesse de seu país em contar com a colaboração do Brasil na exploração de suas jazidas de petróleo e gás natural. Em junho de 2023, a Petrobras realizou missão a Paramaribo, no âmbito da III Cúpula de Energia, Petróleo e Gás do Suriname. A empresa informou sobre o interesse em expandir a cooperação com o país para o desenvolvimento do setor petrolífero. As áreas técnicas conversaram também sobre coordenação na área de prevenção de acidentes por derramamento de petróleo.

A Transpetro, subsidiária da Petrobras, também estaria planejando, como parte de sua estratégia de internacionalização, assinar memorando de intenções internacional, com a Staatsolie. Por seu turno, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) tem mantido diálogo com autoridades do Suriname para intercâmbio técnico e regulatório entre os dois países na área de petróleo e gás natural.

A possível interconexão elétrica entre Brasil, Guiana, Suriname e Guiana Francesa é objeto do projeto Arco Norte, que se baseia no diagnóstico inicial de que, para dar viabilidade comercial a empreendimentos hidroelétricos na região, seria necessário sistema de transmissão de aproximadamente 1.800km, que os interligasse e os conectasse ao Brasil. A iniciativa segue sob a avaliação das áreas competentes dos quatro países.

Comércio bilateral

Há espaço para a ampliação do fluxo comercial entre os dois países. Historicamente, as reduzidas dimensões da economia do Suriname, bem como a ausência de linha de navegação e de rota terrestre, limitaram as possibilidades do comércio bilateral. Nos próximos anos, o desenvolvimento da indústria de petróleo e gás e melhorias na interconectividade regional poderão impulsionar os fluxos comerciais bilaterais.

A corrente de comércio do Brasil com o Suriname é marcada por superávits brasileiros. Em 2023, alcançou US\$ 46 milhões, com a quase totalidade composta por exportações brasileiras de carne de frango e bovina, máquinas agrícolas, calçados e preparações alimentícias.

No primeiro semestre deste ano, a corrente comercial somou cerca de USD 28 milhões, crescimento de 25% em relação ao mesmo período de 2023, destacando-se exportações de açúcares, bagaço de soja, frango, fertilizantes e equipamentos para a incipiente indústria petrolífera. Já as importações passaram de USD 46,8 mil para USD 1,7 milhão, destacando-se a importação de arroz.

O empresariado surinamês explora as possibilidades de trazer produtos brasileiros tanto de Roraima, por meio da rodovia que liga o estado à Guiana (que ainda não é pavimentada em sua totalidade), bem como pelo Amapá, pela rodovia que conecta o Oiapoque à Guiana Francesa. Com a retomada de iniciativas de aproximação regional e a renovada prioridade atribuída pelo governo brasileiro a projetos de integração física na América do Sul, esperam-se melhorias que tenham impacto positivo no comércio bilateral e no trânsito de pessoas.

O Suriname é Estado associado do MERCOSUL desde 2013. O Brasil e o Suriname assinaram Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) em 02/05/2018, ratificado pelo Brasil em 13/10/2022. Aguarda-se apenas a ratificação do Suriname para que o instrumento possa entrar em vigor.

Cooperação em defesa e segurança

As cooperações militar, em defesa e segurança são tradicionais eixos da relação entre Brasil e Suriname. A cooperação bilateral nessa área tem por base o Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa, assinado em 2008 e ratificado em 12 de setembro de 2012. As relações bilaterais na matéria contam com o reforço de uma Adidância de Defesa, Marinha e do Exército junto à Embaixada brasileira em Paramaribo, criada em 1983.

Parte expressiva do alto comando das Forças Armadas do Suriname e a maioria dos oficiais de nível superior passaram por instituições militares brasileiras. De 1984 a 2023, o Suriname designou 435 militares para participarem de diferentes cursos de formação no Brasil. Além disso, desde 2010, dois oficiais brasileiros atuam regularmente na academia militar em Paramaribo para prestar consultoria. Em 2023, foram oferecidas 27 vagas para cursos de formação, aperfeiçoamento, altos estudos e especialização aos militares surinameses.

O governo surinamês também atribui prioridade ao tema da segurança. Entre os principais problemas enfrentados pelo país, destacam-se a presença do crime organizado, o tráfico de drogas, tráfico de flora de fauna silvestre e a mineração ilegal.

Cooperação técnica e humanitária

O programa de Cooperação Bilateral com o Suriname é executado ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, celebrado em Brasília, em 22 de julho de 1976, em vigor desde 23 de novembro do mesmo ano. O programa bilateral é, atualmente, composto por dez projetos, nas áreas de agricultura, administração pública, meio ambiente, educação, geologia, saúde e segurança cibernética. O Suriname é um dos países em que a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) desenvolve maior número de projetos hoje.

No âmbito do programa de cooperação técnica Sul-Sul trilateral com organismos internacionais encontram-se em execução quatro iniciativas, sendo duas com a OTCA, nas áreas de gestão dos recursos hídricos e de biodiversidade e florestas, e uma com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), na área de erradicação do trabalho infantil. Há, ainda, cooperação trilateral com o governo chileno para a execução de projeto na área de segurança alimentar e sanidade agropecuária.

Nos últimos anos, o governo brasileiro também fez diversas doações humanitárias ao Suriname de vacinas, medicamentos, insumos e equipamentos médicos, para enfrentamentos de doenças como leishmaniose, HIV/AIDS, COVID-19 e poliomielite. Doações de medicamentos para tratamento de tuberculose e de contraceptivos são amplamente noticiadas nos meios locais, e a mais recente doação – que compreendeu um total de 225.750 doses de diferentes vacinas, 60.000 doses de diluentes para a vacina contra a febre amarela e para a tríplice viral, bem como 210.180 comprimidos antirretrovirais utilizados no tratamento do HIV – foi destacada pelo ministro da Saúde, Amar Ramadhin, como "a maior de todas as doações recebidas pelo governo do Suriname de parceiros internacionais".

Cooperação cultural e educacional

Em 2023, foram comemorados os 40 anos da criação do instituto cultural brasileiro em Paramaribo, o Instituto Guimarães Rosa (IGR). A iniciativa contou com apresentações musicais, discursos de autoridades sobre fatos e eventos marcantes do IGR em Paramaribo durante seus 40 anos de existência e sobre seu importante papel para as sociedades surinamesa e brasileira. O IGR Paramaribo conta com cerca de 230 estudantes. O exame para a obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para estrangeiros (Celpe-bras) é tradicionalmente aplicado pelo IGR. Os estudantes surinameses podem também candidatar-se ao Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e Programa de Estudantes-Convênio de Pós Graduação (PEC-PG), atualmente regidos pelo Decreto nº 11.923/2024, que oferece a estudantes de países com os quais o Brasil mantém acordo educacional, cultural ou científico-tecnológico a oportunidade de realizar seus estudos de graduação e pós-graduação em Instituições de Ensino Superior brasileiras.

Cooperação entre Academias Diplomáticas

Com o Suriname, o Brasil mantém uma das frentes mais exitosas de cooperação acadêmico-diplomática, promovida pelo Instituto Rio Branco (IRBr). Desde os anos 1980, 16 diplomatas surinameses frequentaram o curso de formação no instituto. Atualmente, a Chancelaria surinamesa conta com altos funcionários em posição de prestígio e influência que ali estudaram. Em diversas ocasiões, esses diplomatas manifestaram seu apreço e agradecimento pela oportunidade oferecida pelo governo brasileiro. O ex-chanceler Winston Lackin (2010-2015) foi aluno do Instituto.

Assuntos Consulares

A jurisdição consular de todo território do Suriname corresponde à Embaixada do Brasil naquele país. Para além da Embaixada, não há consulados brasileiros no país, nem consulados honorários.

Estima-se que haja, atualmente, cerca de 30 mil brasileiros no Suriname (5% da população do país). Muitos desses imigrantes encontram-se indocumentados, sobretudo nas regiões de garimpo. O apoio a essa comunidade, que muitas vezes enfrenta situação de vulnerabilidade social, é objeto de acompanhamento atento pelo Itamaraty e pela Embaixada em Paramaribo. A pedido do governo brasileiro, o Suriname tem procurado estabelecer programas de regularização da situação migratória desses brasileiros.

Em razão da descoberta de grandes jazidas de petróleo e gás no Suriname, observa-se nova onda de imigração brasileira, composta por pessoas contratadas para

atuar em atividades de pesquisa e prospecção petrolífera, bem como no setor de prestação de serviços.

POLÍTICA INTERNA

O Suriname é uma república presidencialista, e seu mandatário é eleito pelo voto de dois terços dos 51 membros da Assembleia Nacional do país, os quais são eleitos por voto popular direto. O mandato presidencial é de 5 anos, sendo permitida a reeleição. Em 2025 terão lugar novas eleições.

Em 2020, o Suriname completou 45 anos de independência. A diversidade étnica é uma das características marcantes do país, com influências diretas no sistema partidário, com a identificação de diversos partidos políticos com grupos específicos: partido javanês, indiano, *maroon* (quilombolas), afro-surinamês (integrado pelos afrodescendentes que vivem nas cidades) etc.

Desde o início da gestão do presidente Santokhi, em 2020, o mandatário busca equilíbrio entre a agenda de austeridade econômica e a necessária articulação com os principais atores políticos, sociais e econômicos. Santokhi adotou duras medidas econômicas, como a redução dos subsídios a serviços essenciais e o corte de gastos governamentais. Como principais conquistas, logrou estabilizar o mercado cambial e, em dezembro de 2021, obteve a aprovação de pacote de auxílio financeiro do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Santokhi mantém diálogo permanente com representantes da sociedade civil e autoridades monetárias. Além de dialogar com as lideranças de movimentos contrários ao governo, a administração Santokhi tem buscado amenizar a insatisfação popular com medidas econômicas. A recente aprovação de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o país e a renegociação em curso do acordo com o FMI inserem-se nesse contexto, pois visam a abrir espaço para programa de ajuste "mais suave", que permita a ampliação dos programas sociais.

POLÍTICA EXTERNA

A ênfase da política externa surinamesa oscila entre a identidade caribenha, o espaço sul-americano e os laços com os Países Baixos, antiga metrópole. Também são relevantes os vínculos com parceiros extrarregionais, como Estados Unidos, China, Índia e França (o Suriname faz fronteira com a Guiana Francesa).

O Presidente Santokhi tem-se empenhado em fortalecer a presença internacional do Suriname e consolidar a posição do país como parceiro confiável e respeitado na comunidade global. Nesse contexto, desempenhou papel dinâmico durante a presidência *pro tempore* da CARICOM, no segundo semestre de 2022.

Recente descoberta de significativas jazidas de petróleo e gás tem se traduzido em maior atenção ao país por parceiros externos, sobretudo de outros países produtores de petróleo e empresas do setor energético. O Suriname depende da cooperação internacional para o desenvolvimento do setor.

Observa-se especial interesse surinamês em se aproximar do Brasil, país percebido como um parceiro confiável, capaz de contribuir para o desenvolvimento do Suriname por meio da cooperação técnica e em matéria de defesa, de exploração de hidrocarbonetos, de obras de infraestrutura, do comércio e de investimentos. Devido a carências domésticas, as autoridades surinamesas buscam ativamente a cooperação energética e em infraestrutura, e, em diversos momentos, mencionaram o desejo de que o Brasil participasse do desenvolvimento do setor de hidrocarbonetos no país. Há, ademais, convergências evidentes com o Governo brasileiro, pela prioridade política atribuída à integração regional e à coordenação dos países amazônicos na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), e pela ênfase no multilateralismo.

O relacionamento com a Guiana é historicamente marcado por duas disputas territoriais: a região do triângulo do New River e a jurisdição sobre o rio Corentine, que serve de fronteira entre os países. A região contestada (na Guiana, chamada de New Triangle River; e, no Suriname, Tigri) tem área aproximada de 15,500 km² e faz fronteira com o Brasil. Apesar de questões lindeiras bilaterais ainda por resolver-se, os dois países vêm estreitando seus laços, reforçados em sucessivos encontros entre o presidente guianês Irfaan Ali e o presidente surinamês Chan Santokhi. A agenda de cooperação Suriname-Guiana é composta de diversos projetos que visam aprofundar a integração, com possibilidades de exploração conjunta de petróleo e de compartilhamento de infraestrutura de fibra ótica. Em 2023, os dois países anunciaram a construção da ponte sobre o rio Corentine, que ligará seus territórios.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia do Suriname tem como base o extrativismo. O ouro, a bauxita e o petróleo respondem por mais de 80% das exportações, cerca de metade do PIB e aproximadamente 25% das receitas governamentais. Após contrações do PIB em 2020 (-13%) e em 2021 (-3,5%), segundo o FMI, houve crescimento em 2022 (1,3%) e em 2023 (2,1%).

Ao chegar ao poder, o presidente Santokhi enfrentou quadro de crise econômica, caracterizado por forte endividamento público (a razão dívida pública/PIB era de cerca de 135%), desequilíbrio fiscal, escassez de reservas internacionais e rápida desvalorização da moeda surinamesa. O mandatário implementou medidas duras: instituiu o "imposto de solidariedade", taxando em 10% os salários mais altos; aumentou tributos sobre produtos de luxo; reajustou tarifas e eliminou subsídios a energia elétrica, água, gás e transporte coletivo.

As iniciativas abriram caminho para as negociações de pacote de apoio do FMI. Em dezembro de 2021, o Conselho Executivo do FMI aprovou o pacote, com valor de aproximadamente USD 690 milhões. A dívida externa surinamesa é de cerca de USD 700 milhões.

Em que pesem alguns avanços, a razão dívida pública/PIB continua elevada. Nesse contexto, o Suriname assinou diversos acordos com instituições financeiras internacionais, como FMI e BID, com o intuito de reequilibrar as finanças públicas do país. No plano bilateral, o Suriname chegou a um acordo sobre a reestruturação da dívida com o Clube de Paris, com a França e com a Índia. Seguem as negociações com a China, principal credora bilateral. O Suriname também tem dívidas com instituições comerciais. A principal delas é com o Fundo Oppenheimer, na forma de títulos.

O Brasil tem apoiado as posições do Suriname perante as instituições financeiras internacionais, bem como junto às respectivas "constituencies" no Banco Mundial e no FMI. O papel do Brasil tem sido reconhecido publicamente por Santokhi e seu gabinete.

Apesar das dificuldades atuais, as perspectivas econômicas do país são positivas no médio e no longo prazos. O governo nutre expectativa com relação à chegada dos recursos da exploração do petróleo, que ajudariam a equilibrar as contas externas e estabilizar os índices macroeconômicos, garantindo os investimentos em políticas públicas e para melhorar a precária infraestrutura do país.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
3.000 a.C.	Tribos nômades Arawak e Carib habitavam a região
Séc. XVI e XVII	Expedições das coroas espanhola, inglesa, francesa e holandesa exploram a região
31/70/1667	Assinatura do Tratado de Breda entre Reino Unido, Países Baixos, França e Dinamarca. A posse do território atual do Suriname é concedida à coroa holandesa.
21/05/1683	Fundação da companhia “Sociedade do Suriname”, que negociava a venda dos produtos produzidos no Suriname, bem como o comércio de escravos com a colônia da República Holandesa do Suriname. As <i>plantations</i> de café e cana-de-açúcar da colônia baseavam-se no uso intensivo de mão de obra escrava.
1795-1813	Ocupação da Holanda pela França. Coroa inglesa ocupa a colônia da República Holandesa do Suriname.
20/11/1815	Assinatura do Tratado de Paris põe fim à ocupação inglesa e reincorpora o Suriname à coroa holandesa.
1/07/1863	É decretada a abolição da escravatura no Suriname e nas Antilhas.
23/11/1941	Com o aval do governo holandês no exílio, tropas norte-americanas ocupam o Suriname para proteger as minas de bauxita para os países aliados durante a 2ª Guerra Mundial
15/12/1954	Rainha Juliana da Holanda assina a “Carta do Reino dos Países Baixos”. Suriname e as Antilhas Holandesas tornam-se países constituintes do Reino dos Países Baixos. De acordo com as disposições do documento, as duas ex-colônias recebem autonomia interna, mas a defesa e política externa ficam a cargo da Holanda.
25/11/1975	Assinado acordo entre a Holanda e o Suriname, que garante a independência ao país. Conforme estabelecido no acordo, a Holanda contribuiria com US\$ 1,96 bilhão em ajuda humanitária a ser doado pelos próximos 15 anos. Johan Ferrier é indicado primeiro presidente do país e Henck Arron, primeiro-ministro.
31/10/1977	Realização das primeiras eleições no Suriname pós-independência.
25/02/1980	Golpe dos Sargentos leva à instauração de regime militar no país. Criação de um Conselho Nacional Militar (CNM), órgão que governou <i>de facto</i> o país durante a ditadura castrense. Desiré Bouterse é eleito presidente do CNM.

7-8/12/1982	Adversários políticos do regime militar são presos, torturados e executados sumariamente, nos eventos chamados de crimes de dezembro (“ <i>Decembermoorden</i> ”).
1986-1991	Guerra civil: liderado pelo ex-segurança de Bouterse, Ronnie Brunswijk, ocorre deflagração de insurgência <i>maroon</i> (descendentes dos escravos africanos que se instalaram no interior do país) no leste do país. O grupo busca a redemocratização do país e melhores condições econômicas e sociais à comunidade <i>marron</i> .
30/09/1987	Nova constituição do Suriname é aprovada. Criado o “Comando Militar”, responsável pela manutenção das condições para a implementação de uma transição democrática. Também é criado um Conselho de Estado, chefiado por Bouterse, com poderes para anular decisões do governo eleito.
25/11/1987	Realização de novas eleições.
25/01/1988	Posse do novo governo civil.
21/07/1989	Assinado Pacto de não agressão entre o governo surinamês e a insurgência <i>maroon</i> .
24/12/1990	Novo golpe militar. Governo civil é dissolvido por Bouterse por meio de contatos telefônicos. A Assembleia Nacional é dissolvida dois dias depois.
27/03/1991	Negociações põe fim à insurgência <i>maroon</i> . Estima-se que o conflito tenha deixado mais de 400 mortos, além de milhares de deslocados internos e de refugiados na Guiana Francesa.
25/05/1991	Após pressões internacionais, são realizadas novas eleições no país.
25/01/1992	Posse do novo governo civil. O Suriname retorna à democracia.
16/07/1999	Bouterse é condenado <i>in absentia</i> por tribunal holandês a 11 anos por alegado tráfico internacional de drogas.
13/06/2007	Suprema Corte de Justiça rejeita apelação de Bouterse. É instaurado processo criminal no âmbito militar para apurar as responsabilidades dos envolvidos nos crimes de dezembro de 1982.
19/07/2010	Bouterse é eleito presidente do Suriname pela Assembleia Nacional.
14/07/2015	Bouterse é reeleito presidente do Suriname pela Assembleia Nacional.
26/07/2020	Chandrikapersad Santokhi é eleito presidente do Suriname pela Assembleia Nacional.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
1906	Assinado, no Rio de Janeiro, tratado relativo aos limites entre o Brasil e a então Guiana Holandesa, estabelecidos na Serra do Tumucumaque
1975	Estabelecimento das relações bilaterais no dia da independência do Suriname, em 25 de novembro de 1975.
1976	Assinados o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, o Acordo Cultural e o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica
1996	Visita do Presidente Runaldo Venetiaan a Brasília
1997	Visita do Presidente Jules Wijdenbosch a Brasília e São Paulo
2000	Visita do Presidente Runaldo Venetiaan a Brasília
2003	Visita do Presidente Runaldo Venetiaan a Brasília
2004	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a Paramaribo. Assinados Acordo sobre Regularização Migratória e Tratado de Extradicação.
2005	Visita do Presidente Lula a Paramaribo, no contexto da Cúpula da CARICOM. Assinados Memorando de Entendimento para Estabelecimento de Mecanismo Político de Consulta; Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Pesquisa Agrícola; Protocolo de Intenções na Área de Saúde; Tratado sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal; Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas e Ajuste Complementar sobre Regularização Migratória
2007	Presidente Venetiaan participa da Reunião de Cúpula do MERCOSUL, no Rio de Janeiro (janeiro)
2007	I Reunião do Mecanismo Político de Consultas, em Paramaribo (julho)
2008	Presidente Runaldo Venetiaan participa da Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, em Brasília. Assinado Tratado Constitutivo da UNASUL (maio)
2008	Reuniões técnicas sobre o equacionamento da dívida do Suriname com o Brasil em Paramaribo (setembro) e Brasília (novembro)
2008	Presidente Runaldo Venetiaan participa das cúpulas de regionais (Grupo do Rio, UNASUL e CALC) e mantém diálogo bilateral com o Presidente Lula, na Costa do Sauípe, Bahia (dezembro)
2009	Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães participa da cerimônia de posse do Presidente Desiré Bouterse
2010	Secretário-Geral das Relações Exteriores participa da Celebração dos 35 anos de independência em Paramaribo (novembro)
2010	Participação do Presidente Desiré Bouterse na Cúpula do Mercosul e encontro bilateral com Presidente Lula, em Foz do Iguaçu (dezembro)
2011	Participação do Presidente Desiré Bouterse na cerimônia de posse da Presidenta Dilma Rousseff, em Brasília (janeiro)
2011	Missão da Agência Nacional do Petróleo e da Eletrobras a Paramaribo (março)

2011	Visita do Presidente do Banco Central, Gilmore Hoefdraad, a Brasília (agosto)
2011	Participação do Vice-Presidente, Robert Ameerali na Feira Internacional da Amazônia, em Manaus (outubro)
2011	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Winston Lackin, a Brasília (novembro)
2012	Visita do Ministro da Defesa, Lamouré Latour, a Brasília, para encontro com o Ministro Celso Amorim (janeiro)
2012	Visita do Chanceler Antonio Patriota a Paramaribo: XV Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da CARICOM e encontros bilaterais com o Chanceler Lackin e com o Presidente Bouterse (maio)
2012	Visita do Vice-Presidente, Robert Ameerali, a Expofeira, em Macapá (agosto)
2012	Visita do Ministro da Defesa, Embaixador Celso Amorim, a Paramaribo (setembro)
2013	Visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Winston Lackin (fevereiro)
2013	Visita do Alto-Representante Geral e de Delegação do MERCOSUL, com vistas a discutir os passos e diretrizes para a adesão do Suriname na qualidade de Estado Associado (abril)
2013	Assinado o Acordo Marco de Associação entre o MERCOSUL e o Suriname, durante a Cúpula de Montevideu (julho)
2013	Participação do Presidente Bouterse na Missa do Papa Francisco, por ocasião da XXVIII Jornada Mundial da Juventude, no Rio de Janeiro (julho)
2013	Visita da Presidenta da República a Paramaribo, Suriname, por ocasião da VII Reunião Ordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL (agosto)
2014	Presidente Bouterse participou da Cúpula BRICS – Países da América do Sul e compareceu à abertura da Copa do Mundo em São Paulo
2016	Visita do ministro das Relações Exteriores a Paramaribo, ocasião em que é recebido pelo Presidente Dési Bouterse e mantém reunião de trabalho com a Chanceler Niermala Badrising
2018	Visita ao Brasil da ministra das Relações Exteriores do Suriname, Yldiz Pollack-Beighle (fevereiro)
2018	Visita oficial ao Brasil do presidente do Suriname, Desiré Delano Bouterse (maio)
2018	Visita do ministro Aloysio Nunes Ferreira ao Suriname (dezembro)
2019	Participação do vice-presidente Michael A.S. Adhin à posse do presidente Jair Bolsonaro
2021	Visita do ministro das Relações Exteriores do Suriname, Albert Ramdin, a Brasília (agosto).

2022	Visita oficial ao Suriname do então senhor presidente da República Jair Bolsonaro (janeiro).
2023	Participação do presidente Santokhi e do chanceler Ramdin na posse do senhor presidente da República (janeiro).
2023	Participação da ministra da Defesa do Suriname, Krishna Mathoera, na Feira LAAD Defence & Security – Feira internacional de Defesa e Segurança, no Rio de Janeiro (abril).
2023	Visita oficial do ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira, acompanhado do embaixador extraordinário para a Mudança do Clima, Luiz Alberto Figueiredo Machado, ao Suriname (maio).
2023	Participação do presidente Santokhi e do chanceler Ramdin na Reunião de Presidentes da América do Sul, em Brasília (maio).
2023	Participação do chanceler Ramdin, do ministro do Planejamento Territorial e Meio Ambiente, Marciano Dasai, e de membros da Assembleia Nacional na Cúpula da Amazônia, em Belém (agosto).
2023	Participação do chanceler Ramdin na XIV Reunião de Ministros de Relações Exteriores da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, em Brasília (novembro).
2023	Visita oficial do ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira a Paramaribo, para participar da primeira Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suriname e das comemorações dos 48 anos de independência do país (novembro).
2024	Reunião entre os Presidentes de Brasil, Guiana e Suriname, para tratar de temas de interesse trilateral, ocorrida à margem do encerramento da 46a Conferência de Chefes de Governo CARICOM, em Georgetown (fevereiro).

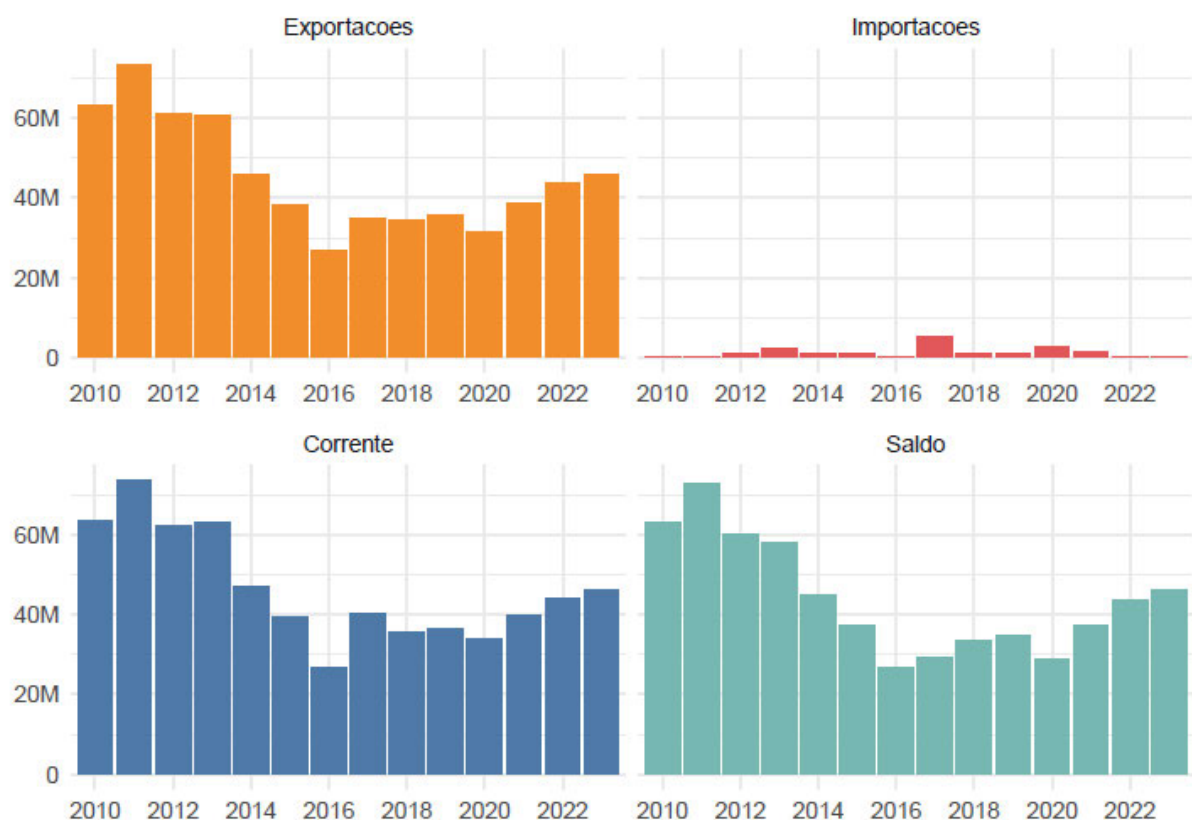
ACORDOS BILATERAIS				
	Título	Data de Celebração	Estado atual	Publicação no D.O.U.
1.	Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname	22/06/1976	Em vigor	27/09/1977
2.	Acordo Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname	22/06/1976	Em vigor	18/10/1977
3.	Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname	22/06/1976	Em vigor	24/11/1976
4.	Acordo sobre Transportes Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname	28/01/1980	Em vigor	14/07/1983
5.	Acordo para a Prevenção, Controle e Repressão da Produção, Tráfico e Consumo Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname	03/03/1989	Em vigor	17/04/1991
6.	Tratado sobre Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname	21/12/2004	Em vigor	05/02/2013
7.	Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Suriname	21/12/2004	Em ratificação pelo Suriname	-

8.	Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname	16/02/2005	Em vigor	19/07/2016
9.	Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal	16/02/2005	Em vigor	30/04/2009
10.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname na Área de Educação	26/04/2010	Em ratificação pelo Suriname	-
11.	Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname	02/05/2018	Em ratificação pelo Suriname	-
12.	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Consulares	14/12/2018	Em vigor	16/04/2021
13.	Declaração Conjunta por Ocasão da Primeira Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas entre os Chanceleres do Brasil e do Suriname	24/11/2023	Em vigor	24/11/2023

DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

1.1 Fluxo de Comércio

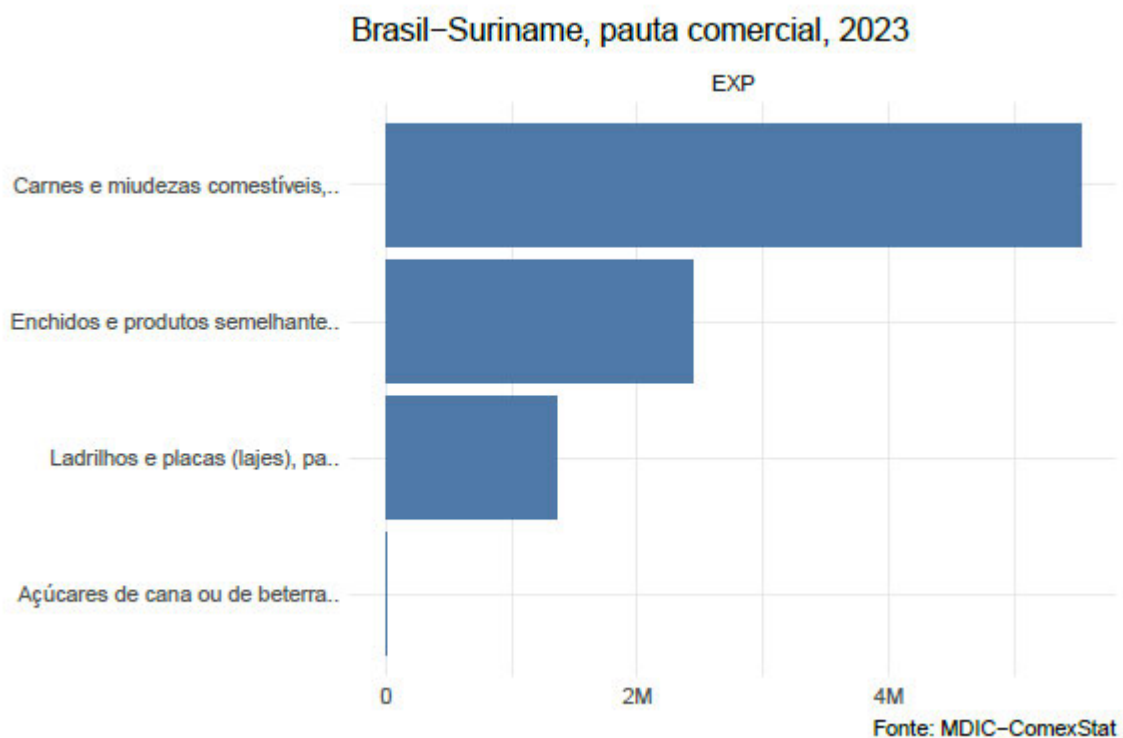
Brasil-Suriname, Fluxo de Comércio até 2023



Fonte: MDIC-ComexStat

	2023	2022	2021	2020	2019
Exportacoes	46M (5.146%)	44M (13.740%)	39M (22.823%)	31M (-11.853%)	36M (3.199%)
Importacoes	48K (24.0%)	39K (-97.0%)	1M (-50.4%)	3M (166.3%)	979K (-8.0%)
Saldo	46M (5.130%)	44M (17.590%)	37M (29.460%)	29M (-16.895%)	35M (3.554%)
Corrente	46M (5.16%)	44M (10.14%)	40M (17.20%)	34M (-7.08%)	37M (2.86%)

	2018	2017	2016	2015	2014
Exportacoes	34M (-0.790%)	35M (30.369%)	27M (-30.600%)	38M (-16.488%)	46M (-24.042%)
Importacoes	1M (-80.2%)	5M (9 391.4%)	57K (-94.9%)	1M (4.1%)	1M (-55.5%)
Saldo	33M (13.700%)	29M (10.478%)	27M (-28.670%)	37M (-16.981%)	45M (-22.737%)
Corrente	36M (-11.41%)	40M (50.18%)	27M (-32.42%)	40M (-16.02%)	47M (-25.25%)



Brasil-Suriname, Proporção de Exportações e Importações em 2023

